

O discurso historiográfico como fonte na Antiguidade Tardia

The historical speech as source in Late Antiquity

Marcus Cruz¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo

A problemática da documentação esta no centro do debate historiográfico desde o estabelecimento da narrativa histórica enquanto um conhecimento de caráter científico. Ao longo deste debate a concepção do que se constitui uma fonte histórica passou por diversas transformações. No que concerne a Antiguidade Tardia, um dos campos do conhecimento histórico mais dinâmico nas últimas décadas, tais questões assumem um particular interesse. Neste trabalho nosso objetivo é discutir o papel e o uso de uma tipologia documental específica, o discurso histórico, para o estudo deste período histórico.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; Documento; Discurso Histórico.

Abstract

The issue of documentation is in the center of the historiographical debate since the establishment of a historical narrative as knowledge of scientific character. Throughout this debate the concept of what constitutes a historical source has undergone several transformations. Regarding the Late Antiquity, a field of historical knowledge more dynamic in recent decades, these issues are of particular interest. In this paper we aim to discuss the role and use of a specific document type, historical speech, for the study of the historical period.

Keywords: Late Antiquity; Source; Historical Speech.

-
- Enviado em: 31/07/2012
 - Aprovado em: 27/11/2012

¹ Doutor em História Social (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso. Coordenador do VIVARIUM – Laboratório de Estudos da Antiguidade e Medievo/UFMT

No princípio era o documento e o documento estava com os historiadores e o documento era Deus. Tudo era feito por meio dele e sem ele nada era feito. Ao parafrasear os célebres versículos iniciais do poético Evangelho de João gostaria de chamar a atenção para o lugar central do documento para a pesquisa histórica e por conseguinte da importância da discussão, constante e permanente, da problemática da documentação para o pensamento historiográfico. Afinal de contas mesmo para historiadores pouco afeitos as querelas epistemológicas e teóricas, como Langlois e Segnobia que afirmam, no hoje longínquo, mas ainda atual e influente século XIX: “*A História se faz com documentos...Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há História*”²

Neste artigo temos o objetivo discutir o uso das fontes no mundo tardo antigo, nossa contribuição busca pontuar alguns aspectos que nos parecem fundamentais para qualificar o debate sobre a temática em tela.

Para tanto organizamos este texto em três seções, não necessariamente equitativas, mas que se articulam em torno de nosso objetivo central. Inicialmente refletiremos acerca do conceito de Antiguidade Tardia considerando-o tanto como uma etapa do devir histórico como também enquanto uma categoria portadora de uma certa concepção historiográfica acerca deste período. Na segunda parte discutiremos a noção de documento como elemento fucral para o pensamento histórico. Finalmente no item seguinte visamos refletir acerca do problema da documentação, nos seus diversos e diferentes aspectos, tendo como referência a Antiguidade Tardia

O conceito de Antiguidade Tardia

O conceito de Antiguidade Tardia possui desde o seu surgimento uma dupla característica, por um lado busca delimitar temporalmente, ou seja estabelecer os marcos cronológicos de um período da história, senão do Ocidente, pelo menos do mundo mediterrânico. Por outro, esta categoria apresenta também um caráter de conferir a esta etapa do devir histórico uma especificidade, uma originalidade advinda de um conjunto de processos que marcam este momento. Essa ideia, de considerar o conceito de Antiguidade Tardia como sendo construído a partir da interação entre o aspecto cronológico e uma determinada perspectiva de abordagem para o período, pode ser sintetizada nas palavras de Marrou que afirma em *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle*:

Temos que admitir definitivamente que a Antiguidade Tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo, senão outra Antiguidade, outra

² LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1944.p.13

civilização, que temos que aprender a reconhecer em sua originalidade e a julgar por si mesma e não através dos cânones de idades anteriores³.

O conceito de Antiguidade Tardia, portanto, possui como uma de suas dimensões constitutivas fundamentais seu caráter periodizador, ou seja, esta noção busca identificar e explicar um determinado período do devir histórico tal como fazem categorias como Idade Média ou Tempos Modernos. A utilização por parte do historiador do instrumento analítico da periodização se revela inerente ao trabalho historiográfico, como condição para a construção do conhecimento histórico, mesmo que seja apenas aquela baseada na sucessão dos séculos.

Entendemos que o recurso a periodização na construção do conhecimento histórico se constitui enquanto um esforço analítico do historiador que busca estabelecer o ritmo do devir histórico e demonstrar que os recortes temporais deste devir não possuem apenas um valor referencial, senão apresentam uma estrutura e originalidade. Como afirma Van de Kieft:

...a divisão da história em períodos consistirá pois, no final das contas, em analisar uma civilização em seus elementos constitutivos, desentranhar sua estrutura, estabelecer uma hierarquia entre seus diversos setores, descobrir suas linhas recíprocas, aproximar suas diferentes evoluções⁴.

Desta forma a periodização se constitui enquanto um instrumento analítico múltiplo devendo e podendo se revestir de diversas formas segundo as modalidades e amplitudes dos fenômenos investigados, a dimensão temporal em que articulam e o âmbito espacial. Em qualquer caso os critérios utilizados para estabelecer a periodização deverão ser flexíveis e dinâmicos como o próprio devir histórico.

O recorte cronológico da Antiguidade Tardia apresenta uma variedade de propostas bastante significativa. Na obra, que podemos considerar como um dos marcos fundadores da Antiguidade Tardia, *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Muhammad.. AD 150-750*, Peter Brown estabelece seus marcos entre o final da dinastia dos Antoninos por um lado e a ascensão do poder islâmico abássida por outro. Escreve o historiador irlandês para justificar suas escolhas cronológicas:

O estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o Mediterrâneo. Por um lado, é então que algumas velhas instituições (cuja ausência pareceria quase impossível a um homem, cerca de 250) desaparecem irremediavelmente. Em 476 cai o Império Romano do Ocidente; em 655, desaparece do Oriente o Império Persa... Espanta-nos por outro lado, as novidades do começo deste período: por que se torna cristã a Europa, e o Oriente se torna muçulmano; por que se mostra dotado de

³ MARROU, Henri-Irenée. *Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle*. Paris: Editions Du Seuil, 1977. p. 21.

⁴ VAN DE KIEFT, Christian. *La periodisation de l'histoire du Moyen Age*. IN PERELMAN, Charles. *Les categories em histoire*. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1969. p.52

qualidades ‘contemporâneas’ a nova arte abstrata desta época; por que nos surpreendem os escritos de homens como Plotino e Agostinho...⁵

As escolhas cronológicas de Brown nos parecem claras. Esta nova etapa de devir histórico, a Antiguidade Tardia, marcada pela tensão entre a continuidade e a ruptura se estende do momento em que as estruturas do mundo Greco-romano clássico iniciam seu processo de desaparecimento, neste caso após o fim do reinado de Marco Aurélio, este o que poderíamos entender como o último imperador a honrar as antigas tradições e por outro lado a ascensão e consolidação do poder islâmico na bacia do Mediterrâneo. Na periodização proposta por Peter Brown confluem dois recortes temporais clássicos. O início da Antiguidade Tardia em *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Muhammad.. AD 150-750* coincide com o início da decadência romana em *History of the Decline and Fall of the Roman Empire* de Edward Gibbon: “Se fosse mister determinar o período da história do mundo durante o qual a condição da raça humana foi mais ditosa e mais próspera ter-se-ia sem hesitação de apontar a que se estende da morte de Domiciano até a elevação de Cômodo”⁶. Por outro lado Brown retoma para marcar o final da Antiguidade Tardia a tese de Henri Pirenne, no seu clássico *Mahomet et Charlemagne* que o início da Idade Média é marcada pelo avanço dos muçulmanos na bacia do Mediterrâneo o que significa a fragmentação da unidade imposta a região desde as conquistas romanas.

Henri-Irenée Marrou por sua vez na sua obra *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive? III-VI siècle* propõe uma outra periodização para compreender este momento. Afirma o autor:

Mesmo que tenha sido muito grave, especialmente no plano político ou econômico, a crise que convulsionou o sistema imperial romano ao longo do século III não trouxe consigo uma ruptura brutal, um desmoronamento tão complexo como o que o Ocidente conheceria durante os séculos V ao VII sob as invasões bárbaras. A vida não foi interrompida, nem se aboliram as instituições, tampouco os costumes e nem as formas tradicionais de existência.⁷

Esta passagem do historiador francês nos permite apontar duas diferenças importantes em relação a perspectiva de Brown. Em primeiro, o recorde temporal é outro, temos com Marrou uma Antiguidade Tardia mais curta, mais concentrada, mas principalmente um período histórico que encontra-se inserido num arco temporal maior, isto é da Antiguidade. Em outras palavras, a Antiguidade Tardia de Marrou é uma fase, a última e derradeira etapa do mundo antigo, o que não significa afirmar que esta é marcada pela decadência ou declínio, e não uma nova etapa do devir histórico como a compreende Peter Brown.

⁵ BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Clássico. De marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. p.7.

⁶ GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.87

⁷ MARROU. Op. cit. p. 27

Outra proposta de periodização é apresentada por Averil Cameron publica em 1993 no livro *The Mediterranean World in Late Antiquity. AD 395-600*. Na introdução da obra a autora sintetiza sua proposta de análise da seguinte maneira:

O título deste livro *The Mediterranean World in Late Antiquity*, sugere o uso do termo Antiguidade Tardia em sentido da sobrevivência dos elementos básicos da civilização clássica, ainda que de forma fragmentada nos reinos bárbaros do Ocidente. Desta forma, contornamos a tradicional data de 476 para ‘a queda e o declínio do Império Romano’ e convidamos o leitor a olhar a partir de uma perspectiva mais ampla tanto em termos geográficos quanto cronológicos. Pode parecer paradoxal iniciarmos nossa análise em 395, quando o império foi dividido simbólica e praticamente em duas metades. No entanto, acima de tudo neste período de transição observamos tanto grandes mudanças quanto muitas continuidades e é exatamente essa característica que faz esse momento tão interessante⁸.

Apesar de podermos considerar Averil Cameron como seguidora da perspectiva aberta por Peter Brown acerca da Antiguidade Tardia podemos perceber, tanto em termos da discussão dos marcos temporais do período quanto de concepção acerca da época, uma discordância sensível e importante. Neste sentido a Antiguidade Tardia é entendida como marcada tanto pela tensão em relação à herança clássica quanto pelo processo de diferenciação entre Ocidente e Oriente tendo como pontos de inflexão a divisão do Império entre Arcádio e Honório e os desdobramentos da “Reconquista” de Justiniano.

Finalmente em 1999 surge a obra coletiva *Late Antiquity. A guide to the postclassical world* organizada por Bowersock, Brown e Grabar que se constitui como uma síntese das interpretações e abordagens dos defensores da perspectiva analítica da Antiguidade Tardia aberta por Peter Brown. Os marcos cronológicos do período são assim descritos:

De volta ao ano de 250 o futuro da Idade dos Impérios parece incerto. Despedaçado pela guerra civil e pela larga escala de mobilização o Império Romano parece condenado a desintegração. Ninguém poderia prever que a dinastia Sassanida fosse emergir tão rapidamente, por volta de 220, de um pequeno reino do planalto do Irã em um formidável poder mundial na época de Khosro Anushirvan, além de se converter no modelo de império para as populações islâmicas da Ásia tal como o mito de Roma para os cristão do Ocidente europeu...A reforma do Império Romano de Diocleciano e Constantino foi a mais espetacular ação governamental do mundo antigo. Ela se manteve largamente intacta nas regiões orientais do Império até 640. A consolidação do domínio persa nos territórios iranianos apresenta a mesma importância. Depois do período das guerras civis a ascensão do Califado islâmico sob a dinastia abássida de Bagdá forma o que poderíamos chamar do último grande império da Antiguidade. O resultado disto é

⁸ CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity. AD 395-600*. London; New York: Routledge, 1993. p.7-8

que a população do ocidente da Eurásia por volta do ano 800 tinha em seu horizonte grandes impérios resultado do processo de reformador iniciado desde 250 e ainda insubstituíveis⁹.

Após a leitura destas palavras a Antiguidade Tardia nos apresenta como sendo um momento histórico caracterizado pela recuperação dos grandes impérios da Antiguidade, ou seja o romano e o persa cujos legados são assumidos respectivamente por Bizâncio e o Califado islâmico. A continuidade é a marca distintiva do período. O recorte cronológico reflete esses processos de recuperação dos impérios com a ascensão da dinastia sassanida no mundo persa e as reformas de Diocleciano e Constantino em Roma. Estamos, portanto, diante de uma longa Antiguidade Tardia.

Após essa breve exposição podemos nos perguntar então quais seriam os marcos cronológicos da Antiguidade Tardia? A resposta a esta pergunta, como tantas outras dentro do campo historiográfico, não é simples e muito menos definitiva. Em linhas gerais, a partir de uma concepção historiográfica que coloca no centro da pesquisa histórica o problema. A resposta acerca dos limites temporais da Antiguidade Tardia depende da questão, do problema que o historiador se propõe na pesquisa, logo teremos uma variedade de possibilidade. Porém como afirmamos que o conceito de Antiguidade Tardia possui como um de seus elementos basilares e definidores ser um período, uma etapa do devir histórico, entendemos ser necessário precisar os seus limites cronológicos. Nossa proposta de delimitação inicia-se com a crise do III século, ou mais especificamente a reação a este dramático momento da história romana que significou uma profunda e essencial transformação no mundo mediterrânico e estende-se até o VIII século quando a ascensão dos carolíngios redefine o eixo hegemônico do Ocidente, não mais uma parte do Império Romano, mas agora já medieval.

Além de um período da história o conceito de Antiguidade Tardia nos remete para uma determinada abordagem deste momento histórico. As duas principais idéias que norteiam a argumentação da perspectiva tardo antiga é por um lado compreender a Antiguidade Tardia não como um momento de decadência e declínio, mas sim como uma época de grande criatividade e inovação que se manifestam principalmente na religião e na cultura:

O sentimento de uma ‘explosão’ da energia divina no mundo interior do indivíduo tem efeitos revolucionários. Em muitos homens e mulheres humildes despertam, subitamente, o poder formativo da cultura clássica e as sanções habituais do comportamento.¹⁰

⁹ BOWERSOCK, Glen; BROWN, Peter e GRABAR, Oleg. *Late Antiquity. A guide to the postclassical world*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1999. p.viii-ix

¹⁰ BROWN. Op. cit. p.55

Por outro lado a afirmação da existência de uma continuidade com o passado, a Antiguidade Tardia é a legítima herdeira do legado clássico e irá perpetuar essa herança:

Grupo algum de romanos idealizara jamais Roma tão entusiasticamente como os poetas e oradores do fim do século IV e começos do século V. O mito de Roma, que havia de obcecar os homens da Idade Média e do Renascimento – Roma eterna, Roma concebida como clímax da civilização, destinado a continuar sempre -, não foi criado pelos homens do Império Romano clássico; foi um legado direto do forte patriotismo do mundo latino do fim do século IV.¹¹

Essa tensão entre continuidade e ruptura é um elemento marcante e estruturante da perspectiva tardo antiga. A Antiguidade Tardia é conceituada, a partir desta linha argumentativa, como um momento histórico onde se estabelece uma dialética entre a inovação e a conservação: “Quando nos ocupamos do último período do Mundo Antigo, vemo-nos entre a contemplação saudosa das velhas ruínas e as aclamações esperançosas de um mundo novo.”¹² A originalidade do período se encontra nesta dinâmica entre o antigo e o novo, a sua essência é ser uma época de transição.

A abordagem da Antiguidade Tardia abandona os conceitos de decadência e de declínio substituídos pelos de transformação e transição. O pessimismo do final do século XIX e do entre guerras havia sido substituído pelo otimismo advindo da vitória dos valores civilizacionais ocidentais na II Guerra, (democracia e capitalismo), pela reconstrução da Europa e principalmente pela forte expansão do capitalismo do pós-guerra. A civilização ocidental não se encontra mais em risco no início da década de 70 do século XX. Os problemas a serem enfrentados são de outra ordem, contemplando, fundamentalmente, a forma e a maneira de incorporação de novos grupos a esta civilização: os imigrantes oriundos do processo de descolonização, as mulheres do movimento feminista, os jovens estudantes do maio de 68 entre outros. Esta passagem de *The World of Late Antiquity from Marcus Aurelius to Mohammad. AD 150-750*, texto que consideramos um dos fundadores desta abordagem, nos parece paradigmática:

Como aproveitar um grande passado sem uma modificação aniquiladora; como mudar sem destruir as raízes; e sobretudo, como proceder, com desconhecidos pelo meio, com homens postos de lado por uma sociedade aristocrática tradicional, pensamentos privados de expressão por uma cultura rotineira, necessidade alheadas de uma religião convencional, estrangeiros de paragens distantes – **tais são os problemas que toda a sociedade civilizada se vê obrigada a defrontar** (grifo nosso).¹³

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Idem. p. 7

¹³ Idem. p.8

Peter Brown esta se referindo ao mundo tardo antigo, mas sua palavra bem poderia ser aplicadas, como ele próprio afirma, a toda a sociedade civilizada, portanto ao Ocidente contemporâneo em que vive.

As discussões acerca do conceito da Antiguidade Tardia, como também de diversos outros conceitos historiográfico, possui como um aspecto de grande importância a problemática da documentação, em outras palavras a dinâmicas das fontes, isto é, releitura de documentos já conhecidos e consagrados ou o aporte de novos registros impactam fortemente a reflexão conceitual no campo histórico. Tal fato nos impele a analisar a questão do documento no conhecimento historiográfico como um todo e na Antiguidade Tardia de forma específica.

A História do documento, o documento na História

O que é um documento para o historiador? Essa é a primeira a questão que nos propomos refletir hoje. Começamos com uma constatação aparentemente um tanto óbvia, mas que revela desdobramentos importantes. A noção de documento, ou seja aquilo que os historiadores entendem ser o seu principal material de trabalho para explicar os homens no tempo, esta visceralmente ligada a concepção de história. Estes dois elementos estão estritamente ligados e não é possível defini-los separadamente. Nossa análise acerca da problemática documental se restringirá ao período em que surge e se estabelece a concepção de história que norteia os trabalhos historiográficos contemporâneos, ou seja a partir da segunda metade do século XVIII estendendo-se por todo o século XIX, os novecentos e chegando aos primeiros anos do novo milênio. Em linhas gerais e sob o sério risco de uma simplificação reducionista definimos esta concepção de história como uma reflexão racional de cunho científico que tem por objetivo explicar os processos sociais numa perspectiva diacrônica utilizando-se para tanto da narrativa. Recorrendo mais uma vez ao recurso da paráfrase de dois dos maiores historiadores do século passado, Marc Bloch e Pierre Vilar, podemos dizer que a história é a ciência dos homens no tempo, mas uma ciência em construção.

A perspectiva de que o documento se constitui como elemento fucral para a elaboração do conhecimento histórico é uma ideia que surge do início do século XIX, consolidando-se e tornando-se hegemônica ao longo dos oitocentos. O documento assume, desta forma, a função de prova, de constatação para uma historiografia que se esforçava para superar os limites da Filosofia da História iluminista para tanto se esforçava para construir uma história que se adequasse os ditames da ciência triunfante.

Neste esforço de construção de uma história científica o primeiro passo é o estabelecimento de um conjunto de regras e normativas para a crítica documental. A heurística do documento

começou a ser elaborada ainda no século XVII com a publicação do *De Re diplomática* de Dom Mabillon e foram aperfeiçoadas pela erudição alemã por um lado e pela Escola de Chartres de outro. Em linhas gerais a crítica documental que se consolida no século XIX, a partir destes desenvolvimentos iniciais, possui como elementos centrais a crítica externa que apoiada nas denominadas ciências auxiliares da História (epigrafia, paleografia, diplomática) tinha por objetivo principal, além de datar e estabelecer a autoria dos documentos, expor as falsificações e conferir autenticidade a fonte. A segunda etapa desta heurística era a crítica interna através da qual se examinava a coerência interna da documentação e se reforçava a autenticidade da fonte pela comparação com outros documentos contemporâneos, assim as fontes adquiriam para o historiador a sua função de prova para a “descoberta” dos fatos históricos e, principalmente, a base sólida e objetiva para a construção de uma história científica.

Esta concepção de história e esta heurística documental privilegia uma certa tipologia de fontes, ou seja coloca o texto escrito de caráter narrativo como a principal, senão único registro válido para o conhecimento historiográfico. Um historiador do século XIX tinha por certeza e verdade absolutas que o documento é essencialmente, unicamente o texto escrito.

Esta noção de documento se articula com uma concepção de história eminentemente narrativa, na qual o fato histórico assume o protagonismo, ou seja fazer história é encontrar o fato histórico, descobri-lo objetivamente na documentação. Nesta perspectiva explicação o processo histórico se limita a estabelecer um nexos causal cronológico entre os fatos históricos, o antes explica o depois. Desta forma a história busca se apresentar e consolidar como a ciência do único e do que não se repete, mas, o que era fundamental no novecentos, uma ciência.

No entanto esta concepção estreita e restrita do documento, ainda que tenha desempenhado um importante e decisivo papel no estabelecimento do campo historiográfico, não se mostrou mais adequada quando na transição do XIX para o XX a historiografia vivenciou um período de intensas transformações a partir da crítica, primeiro advinda dos sociólogos e depois dos próprios historiadores, a concepção de história sintetizada pela Escola Metódica.

Uma dessas transformações, que nos interessa particularmente, é a ampliação da noção de documento para a história. A criação da Revista dos Annales, mas fundamentalmente o grupo de historiadores que gravita em torno da publicação, especialmente Lucien Febvre e Marc Bloch são elementos centrais para entendermos esse fenômeno do alargamento dos tipos de fontes a serem utilizados na produção do conhecimento histórico. Em sua *Apologia da História ou o ofício de historiador*, obra escrita em condições dramáticas como todos nós sabemos, Marc Bloch afirma, numa passagem por demais conhecida, mas que é imperativo citar:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele...Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego. Quanto mais a pesquisa, ao contrário, se esforça por atingir os fatos profundos, menos é permitido esperar a luz a não ser dos raios convergentes de testemunhos muito diversos em sua natureza¹⁴.

A distância que separa a historiografia do século XIX da perspectiva dos Annales é muito clara no que concerne a problemática da documentação. De uma concepção restritiva que se resumia e aferrava ao documento escrito e narrativo a um ideia de documento que abrange todas as manifestações humanas, qualquer vestígios é potencialmente capaz de informar e instrumentalizar o historiador para explicar as sociedades humanas no tempo.

Como afirmarmos anteriormente a noção de documento se liga intrinsecamente a uma concepção de história. No caso do Annales a ampliação do conceito de documento se integra a uma perspectiva historiográfica onde o problema assume o eixo central, se torna a essência da pesquisa histórica. No novo ofício do historiador cabe a este recortar uma problemática que norteará sua investigação determinando seu corpus documental, o tratamento deste corpus, bem como suas escolhas teóricas e metodológicas. A explicação dos processos históricos abandona a narrativa cronologicamente orientada de fatos para se constituir na corroboração argumentativa, assentada na documentação e na erudição historiográfica, de hipóteses levantadas para responder aos questionamentos iniciais da pesquisa.

Outro momento em que observamos uma significativa transformação da noção de documento foi o aparecimento da perspectiva quantitativa e serial tanto na história econômica quanto na história social. Esta perspectiva historiográfica consiste, fundamentalmente, na utilização sistemática de documentos e dos métodos quantitativos na explicação histórica. A novidade desta abordagem, segundo André Burguière, consiste em três elementos: na utilização das estatísticas analíticas e não mais apenas aquelas de cunho descritivo; a verificação formal de hipóteses relativas as variáveis econômicas; e finalmente a reflexão acerca de processos históricos fictícios, a denominada história contrafactual.

Na perspectiva quantitativa o documento abandona o seu caráter de vestígio único passando a adquirir sentido e significado quanto colocando em uma serie, desta forma a fonte assume um caráter relativo, sua importância encontra-se em seu caráter relacional com outras fontes. Tal postura abriu a pesquisa histórica toda um novo espectro de possibilidades documentais, tais como inventários, registros paroquiais, ou seja fontes que se caracteriza pela grande quantidade de registros. Por outro a história quantitativa traz consigo uma heurística específica, a crítica

¹⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da Historia. ou o ofício do historiados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p.79-80.

documental não é mais realizada a partir de uma comparação com documentos contemporâneos, mas sim a partir da série em que o registro se insere, pela coerência e lugar entre as fontes da mesma natureza.

Porém a mudança de maior envergadura e impacto no conceito de documento, surgida no século XX, não tenha sido em relação a sua tipologia, mas sim a um novo estatuto epistemológico de verdade no bojo do documento. Esta transformação de cunho epistemológico é que Jacques Le Goff denomina de documento/monumento em um texto publicado no primeiro volume da Enciclopédia Einaudi e hoje clássico. Nele o medievalista francês afirma:

Não existe documento objetivo, inócuo, primário...O documento não é qualquer coisa que fica do passado, é um produto da sociedade que os fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recupera-lo e ao historiador usa-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa¹⁵.

O documento enquanto monumento supera a dicotomia entre o falso e o verdadeiro que marcou a heurística documental desde o surgimento da historiografia de cunho científica. A autenticidade de um documento deixa de ser uma questão vital e essencial uma vez que ele se liga indubitavelmente a construção de uma memória social que arbitra não apenas a sua elaboração como a sua preservação. A tarefa por excelência do historiador se constitui na desconstrução desta memória, no reconhecimento dessas estratégias de criação e preservação do documento/monumento

Esta concepção de documento exige tipo específico e próprio e heurística, ou seja uma a construção de uma nova crítica documental, algo que o próprio Le Goff no final texto já citado conclama:

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência história¹⁶.

Esta é uma tarefa na qual os historiadores ainda estão empenhados.

Cabe, neste momento, após esses apontamentos de cunho geral acerca da problemática da documentação no campo historiográfico trazermos esta discussão para o âmbito da Antiguidade Tardia.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p.545.

¹⁶ Idem. p. 549.

A questão do documento na Antiguidade Tardia

A primeira questão que devemos enfrentar acerca da problemática da documentação na Antiguidade Tardia é a ideia, relativamente difundida, da fragilidade e escassez dos documentos durante este período. A raiz desta visão é a desvalorização e mesmo o desprezo dirigido a este período durante muitos séculos, desde pelo menos a Renascença. Tal situação explica porque ao longo de varias décadas os arqueólogos tenham privilegiado a época clássica em detrimento do mundo tardo antigo, ainda que essa seja uma situação que encontra-se em processo de revisão com o significativo avanço das pesquisas arqueológicas referentes a Antiguidade Tardia.

Um segundo aspecto a ser considerado acerca desta questão, mas que também está inserido nos preconceitos que ainda pairam sobre este momento histórico, uma grande parte das fontes escritas estão, na perspectiva de Bertrand Lançon, adormecidas nas bibliotecas devido a uma prevenção pouco objetiva e mesmo irracional de muitos historiadores em decorrência da origem cristã e eclesiásticas desta documentação.

No entanto, os progressos dos estudos acerca da Antiguidade Tardia, a partir da segunda metade do século XX que reconfiguraram esse campo de estudo, trouxeram tanto inovações temáticas e metodológicas quanto uma renovação do interesse em relação a documentação produzida neste período. É notável, por exemplo, o esforço de publicação de textos tardo antigo em grandes coleções de fontes como na Loeb Classical Library editada pela Harvard University Press ou a coleção Sources Chrétiennes publicadas pelas Éditions Du Cerf. Além é claro dos tradicionais corpus documentais como a Patrologia de Migne em suas series latina, grega e oriental, o *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* e ainda o *Corpus Christianorum*.

Porém é no registro arqueológico que a problemática da documentação na Antiguidade Tardia apresenta os maiores inovações e desenvolvimentos, uma vez que os achados arqueológicos são hoje uma das poucas, quase única possibilidade do surgimento de uma nova documentação acerca do período, mas principalmente os arqueólogos tendo contribuído crescentemente para fazer avançar os estudos do campo tardo antigo tanto no sentido de rediscutir antigas hipóteses como também para corroborar a documentação escrita. Um exemplo do primeiro caso é a obra de Richard Hodges e David Whitehouse, *Mohammed, Charlesmagne and the Origins of Europe: Archaeology and the Pirenne Thesis*¹⁷ em que os achados arqueológicos, em maior parte, se contrapõe as conhecida tese do historiador belga. Já o livro de Peter Glob, *The Bog People: Iron-age man*

¹⁷ HODGES, Richard; WHITEHOUSE, David. *Mohammed, Charlesmagne and the Origins of Europe: Archaeology and the Pirenne Thesis*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

*preserved*¹⁸ comprova materialmente muitas das afirmações do historiador romano Tácito acerca dos germanos.

Esta contribuição, cada vez mais expressiva, da arqueologia para o estudo da Antiguidade Tardia somente foi possível em decorrência de uma importante mudança de concepção do trabalho arqueológico, isto é o abandono de uma arqueologia que se preocupava com os objetos únicos e refinados em detrimento dos objetos da vida cotidiana. Nas palavras de Lester Little e Barbara Rosenwein:

Nos anos sessenta, alguns arqueólogos se deixaram influenciar em grande medida pelos avanços teóricos e metodológicos da arqueologia, da biologia e da matemática. Os denominados ‘Novos Arqueólogos’ pretendiam importar concepções de campos afins para depois tratar de descobrir os meios adequados que lhes permitiria comprovar essa hipótese em seu próprio campo de estudo. Seu propósito principal era o de converter a arqueologia em uma ciência, e em particular, buscar no passado as pautas do comportamento humano¹⁹.

Um exemplo desta nova postura no campo da arqueologia em relação a Antiguidade Tardia é a obra de Bryan Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the end of Civilization*²⁰, no qual o autor se apoiando em registro arqueológicos de cunho massivo, no caso específico, a cerâmica afirma o declínio do nível de vida na porção ocidental do Império Romano entre os séculos V e VII.

A hipótese do autor é que até a chegada dos germanos a cerâmica produzida no mundo romano se caracterizava pela alta e uniforme qualidade, produção em grande escala e ampla difusão apontando para um determinado nível de vida de grande parcela da população. Características essas, que segundo o autor, desaparecem ou melhor declinam a partir do século V, demonstrando um recuo das condições da existência dos romanos. Toda a argumentação do pesquisador do Trinity College possui como suporte documental primordial os registros arqueológicos cerâmicos produzidos no Ocidente romano durante a Antiguidade Tardia.

Outro exemplo é o livro de Neil Christie, *The Fall of the Western Roman Empire. An archaeological & historical perspective*²¹, publicado em 2010 em que o autor faz um esforço interpretativo no sentido de comparar os testemunhos escritos, especialmente a *História* de Vitor de Vita e os achados arqueológicos acerca do período das invasões germânicas e da implantação do Reino Vândalo no Norte da África. Estabelecendo assim um diálogo, sem lugar a dúvida, extremamente profícuo para os estudos do mundo tardo antigo.

¹⁸ GLOB, Peter. *The Bog People: Iron-age man preserved*. New York: Barnes & Noble, 1997.

¹⁹ LITTLE, Lester; ROSENWEIN, Barbara. *Debating the Middle Ages: Issues and Readings*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

²⁰ WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the end of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

²¹ CHRISTIE, Neil. *The Fall of the Western Roman Empire. An archaeological & historical perspective*. London: Bloomsbury Academic, 2010

A contribuição da arqueologia, principalmente nesta nova perspectiva aberta na segunda metade dos noventa, ao campo dos estudos tardos antigos revela-se de grande importância, mas isso não significa necessariamente o abandono de tipologias documentais tradicionais, como é o caso das narrativas históricas produzidas durante a Antiguidade Tardia.

Uma primeira questão que devemos nos colocar assume o cunho teórico, qual seja, a pertinência da utilização do conceito de historiografia para definir os textos produzidos neste momento e que são classificados como obras históricas. Entendemos que este conceito não se constitui como instrumental analítico adequado para compreender a produção histórica na Antiguidade Tardia. Essa escolha merece algumas reflexões, na medida que a historiografia se apresenta como a categoria mais consagrada para discutir a narrativa histórica contando com uma ampla produção que ao tratar da história da história lança mão deste conceito para analisar essa problemática. É caso, para ficar nos exemplos mais conhecidos da obra de Charles Oliver Carbonell *Historiografia*²² ou ainda da mais recente de Marie-Paule Caire-Jabinet *Introdução a Historiografia*²³.

Entendemos, no entanto, que o conceito de historiografia deve ser utilizado de forma mais restrita para identificar a produção histórica, a escrita da história que começa a surgir em meados do século XVIII e que progressivamente constrói a forma como pensamos e concebemos a história nos dias de hoje tanto em termos de suas reflexões teóricas quanto de seus procedimentos metodológicos a partir do que poderíamos caracterizar como uma ruptura epistemológica em relação ao conhecimento histórico anterior.

Diante desta perspectiva apresentada acima optamos por utilizar como instrumental conceitual para a nossa pesquisa a categoria de discurso. Este, a partir dos anos 80 do século passado, tornou-se de ampla utilização tanto nas ciências humanas quanto na História. Tal fenômeno é o resultado de uma transformação na maneira de se pensar o lugar da linguagem na produção do conhecimento.

O discurso, passa a ser entendido enquanto uma organização transfrástica, ou seja, todo discurso se constitui por sequências de palavras que se organizam a partir de estruturas, de uma ordem que apresenta-se como diferente daquela que encontramos na frase. Desta forma o discurso é submetido a regras de organização pertencente a uma determinada comunidade. Em outras palavras quando afirmamos a existência de um discurso historiográfico estamos defendendo que este possui um conjunto de regras que o individualiza em relação a outras tipologias de discursos.

Por outro lado devemos ressaltar que todo discurso é orientado não apenas porque é concebido a partir dos interesses e propósitos daquele que o produz, mas também e principalmente

²² OLIVER CARBONELL, Charles *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.

²³ CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução a Historiografia*. Bauru SP: EDUSC, 2003.

porque ele se constrói na historicidade de uma sociedade. Por conseguinte podemos considerar o uma forma de ação.

Portanto, fundamentalmente nossa proposta de repensar o discurso histórico como fonte para o estudo da Antiguidade é exatamente entender as narrativas históricas produzidas neste período histórico enquanto discursos, por conseguinte um fenômeno marcadamente contextualizado, na medida que não podemos atribuir um sentido a nenhum enunciado fora de um contexto, que por sua vez é histórico e social. Por outro lado, não devemos esquecer que o discurso contribui para a definição de ser contexto, bem como é um poderoso instrumento de transformação da realidade em que se insere.

As obras de História produzidas durante a Antiguidade Tardia se destacam não apenas pela sua quantidade, mas também por sua diversidade. Temos autores, como Amiano Marcelino, que é o herdeiro da tradição histórica clássica, cuja obra segue todos os parâmetros e modelos dos grandes historiadores gregos e romanos. Por outro lado assistimos ao surgimento e desenvolvimento, por parte dos autores cristão, de uma nova temática de interesse histórico, a História Eclesiástica que tem no livro de Eusébio de Cesaréia o seu marco fundador. Finalmente assistimos o surgimento de textos históricos redigidos não por romanos, mas por autores de origens germânica como é o caso de Jordanes.

A produção histórica tardo antiga, portanto, se relaciona intimamente com as grandes questões que marcam este momento, isto é, a preservação e utilização da herança romano-helenística, o avanço da Igreja e a progressiva cristianização da sociedade e finalmente o assentamento, violento e pacífico, dos povos germânicos e seu impacto no mundo mediterrânico. Esta é uma forte razão para que não abandonemos a análise deste tipo de documentação, pois sua contribuição ao estudo da Antiguidade Tardia ainda é fundamental. Porém, é preciso renovar não apenas as questões, mas também os procedimentos analíticos para a interpretação desta documentação.

Os estudos acerca do produção histórica tardo antiga tem uma de suas mais importantes contribuições no artigo de Arnaldo Momigliano intitulado *Historiografia pagã e historiografia cristão no século IV* publicado em 1963 na coletânea *The conflict between paganism and christianity in the fourth century*. O historiador italiano afirma não existir um conflito entre os historiadores pagãos e cristão no IV século, na medida que havia uma divisão de campos entre as duas historiografias. Cabendo aos autores cristãos a história eclesiástica e a biografia, enquanto aos pagãos cultivavam as formas tradicionais do discurso histórico. Nas palavras do autor:

Podemos ver, pois que no século IV não se podia esperar um conflito direto entre cristãos e pagãos no plano superior da historiografia. Os cristãos, com toda a sua

agressividade, criavam nos tipos de história e biografia... Os pagãos ficam em paz para cultivar qualquer discussão direta com seus formidáveis vizinhos de campo historiográfico. Na maioria dos estudiosos pagãos da história, a oposição ao cristianismo se intui, mas quase nunca se pode demonstrar²⁴.

Discordamos frontalmente de Momigliano, pois entendemos que o discurso histórico apresenta-se em primeiro lugar como fazendo parte da Paidéia Greco-romana, sendo portanto uma das amplas zonas de contato entre o pensamento pagão e o cristão, uma vez que essas duas vertentes da produção histórica constroem seus discursos a partir de uma herança advinda da historiografia clássica, apesar de certas inovações cristã acerca da temática ou em termos das dimensões da cronologia do processo histórico, e principalmente no que concerne a contribuição de Agostinho e de Paulo Orósio no estabelecimento de uma filosofia da história de caráter transcendente.

Em segundo lugar o discurso histórico tardo antigo é um dos *locus* do conflito entre os intelectuais pagãos e cristãos pela Paidéia Greco-romana. Por meio das suas obras tanto os historiadores pagãos quanto os historiadores cristãos buscam legitimar sua posição como os verdadeiros herdeiros da tradição clássica e simultaneamente desqualificar seus adversários na medida em que estes não são autênticos representantes deste legado cultural.

O conhecimento histórico neste momento é uma zona de contato, talvez o conceito mais adequado seja o de fronteira na medida em que este permite tanto o convívio no mesmo espaço simbólico entre pagãos e cristãos, mas também nos alerta sobre o caráter conflituoso e tenso deste contato.

Para finalizar gostaria de reinterar a importância do discurso histórico como fonte para o estudo da Antiguidade Tardia, mas para tanto é necessário desafiar essa documentação com novos questionamentos, propor releituras e também contribuir para uma a construção da heurística destes documentos/monumentos.

²⁴ MOMIGLIANO, Arnaldo. "Historiografia pagana e historiografia Cristiana en el siglo IV" IN MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.107.